

AS PRÁTICAS, O SOM E A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO NA RUA DA LAMA

Guilherme Badaró Drumond¹

INTRODUÇÃO

A cidade vem se consolidando como tema de atenção à pesquisa nos Estudos Organizacionais, gradativamente ocupando maior espaço e importância (Andrade & Domingues, 2020a; Coimbra & Saraiva, 2014; Domingues, Fantinel & Figueiredo, 2019; Medeiros, Valadão Júnior & Ferreira, 2008; Nascimento *et al.*, 2016; Ipiranga, 2010). Dentre múltiplas possibilidades, Saraiva (2019) identifica pelo menos três grandes eixos de problematização dos estudos sobre a urbe no campo: as territorialidades, com foco nas manifestações de diferenças e produção de disputas pelo espaço urbano; as sociabilidades, simbolismos e culturas, a partir das possibilidades simbólicas produzidas nas sociabilidades urbanas; a desigualdade social e segregação urbana, com discussões que partem de vivências de grupos marginalizados e da produção de periferias urbanas.

No centro das disputas sobre o conceito de cidade no campo científico, encontra-se o debate ontológico sobre organização e processos organizativos

¹ Mestre em Administração (Universidade Federal do Espírito Santo). <http://lattes.cnpq.br/5459464199719940>. Orcid não informado. guilhermebdrumond@hotmail.com. Endereço para correspondência: Alameda Anísio Pereira do Nascimento, 35, Maria Ortiz, Vitória, ES, Brasil. CEP: 29070-297. Telefone: Não informado.



urbanos (Saraiva, 2019). Partir desse debate permite que se tome o espaço como categoria analítica e se trilhe um caminho que concilie um olhar processual sobre o organizar e a proposta de estudo da vida social organizada por meio das práticas cotidianas (Gomes, Cardoso & Domingues, 2021). Nesse caminho, adotamos uma concepção processual do organizar urbano, nos valendo da perspectiva teórica das práticas (Feldman & Orlikowski, 2011) na discussão dos processos da produção social do espaço (Beyes & Steyaert, 2012), dialogando com os Estudos Organizacionais sobre sociabilidades, simbolismos e culturas (Saraiva, 2019). Nessa direção, entendemos que a perspectiva adotada torna possível compreender as espacialidades enquanto experiências vividas no cotidiano, onde as manifestações dos sujeitos produzem os espaços ao passo que são produzidas pelo mesmo (Taylor & Spicer, 2007).

A relação entre os espaços da cidade e seus habitantes é marcadamente espacial e social, os sujeitos da urbe se apropriam e organizam os espaços urbanos em seu cotidiano, dia a dia (re)significando e (re)construindo espaços através de subversões são imperceptíveis para a administração pública (Certeau, 1998). A cidade é produzida no encontro de múltiplos organizares, nas dinâmicas de forças de regulação e subversão, onde todos seus cidadãos a planejam “(...) consciente e inconscientemente, uma vez que agem direta ou indiretamente no espaço e na dinâmica urbana (...)” (Viegas & Saraiva, 2015, p. 75). Desvelando os múltiplos olhares sobre a cidade, Andrade e Domingues (2020a) discutiram sobre diferentes percepções acerca da retirada de pessoas da Cracolândia, na cidade de São Paulo (SP), e revelaram pontos de vista conflitantes entre os opinantes, os favoráveis consideraram a medida eficaz contra a violência urbana e em prol do bem-estar social, enquanto os contrários perceberam a ação como violenta.

A cidade, então, articula-se tanto por meio de ações programadas e monitoradas pelo poder público quanto ao ser vivida, praticada e construída socialmente por seus habitantes através de astúcias e movimentos que “se compensam e se

combinam fora do poder panóptico” (Certeau, 1998, p. 174). Produz-se a cidade nos esforços de aproximação com a cidade conceito regulada e higienizada quanto nas práticas de resistência que, por meio de golpes, reorganizam os espaços da cidade cotidianamente (Certeau, 1998).

A organização dos espaços da cidade é permeada pelas diferentes lógicas presentes nas práticas dos seus habitantes, que apropriam e articulam espaços segundo léxicos próprios, originando negociações e disputas em torno dos seus usos e finalidades. Diversos sentidos podem ser atribuídos ao espaço, como no caso dos integrantes da escola de samba Unidos de Jucutuquara, de Vitória (ES), que conferem significados distintos à quadra da escola, que despontou como espaço de trabalho, festa, aprendizagem e despedida (Andrade & Domingues, 2020c). Paralelamente, Munro e Jordan (2013) discorrem sobre um festival de rua ocorrido na Alemanha, com a participação de diversos artistas que incorporam elementos presentes no espaço público em suas performances, chamando atenção para outras dimensões que subscrevem os usos do espaço, tal como o som.

Habitar a cidade requer experienciar e compartilhar a mescla dos sons que compõem seu cotidiano, essa que marca as relações individual e subjetiva dos sujeitos com o contexto sociocultural e material em que estão inseridas (Raimbault & Dubois, 2005), conferindo e rearticulando os sentidos à cidade (Pistrick & Isnart, 2013). Destarte, as cidades possuem sonoridade própria, engendrando diferentes sons de fontes distintas, ao passo que seus habitantes são entendidos tanto enquanto produtores, como receptores desses sons, sublinhando a relevância da dimensão sonora na compreensão do espaço urbano e suas dinâmicas, uma vez que os sons constituem e atribuem sentido ao espaço (Casaleiro & Quintela, 2008; Marra & Garcia, 2012). Sendo assim, Augoyard e Torgue (2006) afirmam que não somente volumes, espaços, materiais e formas compõem a sonoridade urbana, e que é possível descrever determinados espaços públicos através da percepção do limite entre diferentes fontes

(localidades) sonoras existentes na cidade (como ao se deslocar de uma zona comercial para uma residencial). Paralelo a isso, o som constantemente é objeto de regulação da administração pública, como ao proibir ruídos acima de determinado volume em função do horário ou da localidade.

Considerando as discussões propostas, nos motivamos em propor ao campo o debate acerca da problemática de compreender a dimensão sonora na produção dos espaços urbanos, considerando as dinâmicas de produção e organização dos sons na urbe – alvos de constantes disputas e negociação. Dando corpo à proposição, e chamando atenção para a necessidade de discutir outras dimensões nos processos organizativos dos espaços urbanos, conduzimos uma busca dos termos “som e estudos baseados nas práticas”; “som e estudos organizacionais”; “som e as práticas”; “som e espaço”; “som e cidades” nas bases de dados Web of Science, Scielo e Google Scholar, não encontrando, dentro do recorte praticado, produções discutindo o som na organização dos espaços da cidade, partindo da perspectiva teórica das práticas. Isto posto, estudamos uma famosa região boêmia da cidade de Vitória (ES), popularmente conhecida como Rua da Lama, um local de lazer, sociabilidade e consumo que, em 2019, durante a produção da presente pesquisa, se encontrava em meio a disputas e negociações envolvendo poder público, empresários, pequenos comerciantes e vendedores ambulantes, frequentadores e habitantes do bairro de Jardim da Penha, onde a Lama se encontra.

O ponto de partida da problematização foi a série de negociações e disputas envolvendo o projeto denominado “Som de Fogueira”, iniciativa do proprietário de um dos bares da Rua da Lama, que desde 2014 passou a movimentar as noites de terça-feira na região. Semanalmente artistas se apresentavam no local, sendo importante destacar que o estabelecimento não dispunha de espaço para o público na calçada, somente poucas mesas e cadeiras, ou em seu interior. Como os artistas se apresentavam em frente ao bar, as pessoas se aglomeravam no entorno para socializar, escutar música, consumir bebidas alcoólicas etc. Com

o passar do tempo, entretanto, os eventos passaram a chamar atenção do poder público em função da quantidade de pessoas que reuniam, do volume da música e dos ruídos produzidos, da sujeira gerada, do comportamento de parte dos frequentadores, e até mesmo dificuldade por parte dos moradores em circular de carro pelo local, que incomodavam parte dos moradores e membros da associação de moradores do bairro – que uniram forças para que o projeto fosse descontinuado (Permuy, 2019).

Tendo em vista a popularidade alcançada pelo Som de Fogueira, bem como os conflitos com parte da população local e com o próprio poder público, além de promover a cena musical autoral capixaba, oferecendo entretenimento gratuito e estimulando o comércio local, partiu da Câmara de Vereadores de Vitória o Projeto de Lei nº 5023/2018 (Alvarenga, 2019). O projeto de lei previa a regulamentação de eventos organizados na Rua Lama, que seriam incluídos no calendário oficial da cidade de Vitória (Alvarenga, 2019). Até dezembro de 2019, quando o Projeto de Lei foi finalmente vetado por uma razão procedimental (ESHOJE, 2019) e acabou não retomado por conta das dinâmicas políticas dos novos ocupantes de mandatos municipais, os eventos ocorriam da seguinte maneira: às terças-feiras se apresentavam artistas que tocam MPB, rock, samba, xote e autorais; às quintas-feiras, o BOTASOM recebia artistas diversos; aos sábados, performavam artistas de samba e rap (Permuy, 2018). Ao todo, mais de 420 artistas participaram dos eventos nesses anos e nunca foram registradas ocorrências policiais (Silva, 2019).

À vista disso, contribuímos ao convite de Munro e Jordan (2013) de pensar a centralidade do som nas práticas e na construção de espaços organizacionais. Em um olhar mais amplo, essa discussão permite, a partir das práticas de organização do som, discutir o organizar da cidade em articulação com equipamentos urbanos e, em última análise, a produção espacial em meio a esses processos. Para isso, investigamos o contexto da realização dos eventos do projeto Som de Fogueira, explorando os diferentes interesses, negociações e

disputas em torno do projeto Som de Fogueira. Considerando a problematização teórica aqui apresentada, delineamos a seguinte questão de pesquisa: como o negociar das práticas em torno da realização de um evento musical entremeia a (re)construção de espaços públicos?

O presente trabalho dialoga, assim, com os estudos organizacionais sobre cidade sob a perspectiva das práticas, a qual tem ganhado evidência dentro dos Estudos Organizacionais, bem como outras áreas do saber. Adotando uma perspectiva material e simbólica da cidade, nos debruçamos sobre a dimensão política das práticas de Michel de Certeau, destrinchando os enunciados e práticas na negociação dos espaços públicos, caracterizando como a dimensão sonora se articula na organização da cidade. Entendemos, por fim, que a presente pesquisa também contribui com o campo ao discutir os aspectos políticos que permeiam a organização da cidade, e ao investigar como a dimensão sonora está inserida nesse processo.

REFERENCIAL TEÓRICO

O pensamento racionalista cartesiano assumiu predominância na vida urbana a partir do século XIX, pautando o planejamento técnico-científico da cidade e atribuindo a ela um status de sujeito universal (Certeau, 1998), denominada cidade burguesa (Leite, 2017). A modernidade urbana é racional, técnica e orientada pelo pensamento capitalista, refletindo numa série de desigualdades que são comuns às cidades (Leite, 2017).

Michel de Certeau, filósofo cuja teoria pavimenta o percurso dessa pesquisa, atribui à cidade um caráter sempre instantâneo, mais ou menos estável ao longo do tempo, sendo os espaços públicos objeto de constante negociação, interesse e tensão entre os habitantes da urbe. Ao argumentar sobre a cidade moderna, o autor afirma que o pensamento técnico-científico em que se apoiam os planos, planejamentos e estratégias para a cidade moderna se afasta do fato urbano, do

cotidiano, da cidade vivida e praticada. Intitulada pelo autor como “utópica”, essa cidade idealizada no planejamento, ou conceito de cidade, não alcança a complexidade da cidade “real” – essa possui vida própria e acontece longe dos planejamentos, no cotidiano.

A cidade conceito moderna é sustentada, nas palavras de Certeau (1998), por uma tríplice operação: planejamento antecipado, ou produção de um espaço próprio; precaução contra apropriações espaciais, ou o estabelecimento de um não-tempo; criação de um sujeito universal e anônimo que é a própria cidade. Tais operações, segundo Certeau (1998), concatenam os esforços da gestão pública em eliminar quaisquer tipos de poluição, detrito e sujeira, tudo o que não for bem-quisto para a manutenção da sua imagem frente às outras cidades, empresários e turistas. A partir de uma lógica higienista, também separa e exclui o cidadão ordinário, mitigando suas possibilidades de uso e acesso à cidade. Nessa direção, é atribuição da administração pública a gestão dos sons produzidos na urbe, afastando os ruídos considerados indesejados de determinadas localidades sob a premissa de contribuir para o bem-estar (Bild *et al.*, 2016).

O olhar certeuniano sobre espaço e cidade é convencionalmente lido como uma possibilidade pós-estruturalistas, que mantém distância do pensamento racionalista cartesiano, adotando uma abordagem processual do espaço, de produção ou construção. Diferentemente das concepções que abordam o espaço enquanto distância ou relações de poder materializadas, aderimos à visão do espaço enquanto experiência, isto é, segundo Taylor e Spicer (2007), como produção social, simbólica e material, sempre situada no tempo e espaço. Partindo dessa perspectiva, a experiência de um espaço organizacional é mais balizada pelos aspectos subjetivos – símbolos, signos, significados, relações, memórias etc. – que por sua disposição e materialidade (Taylor e Spicer, 2007). Nessa direção, Bevilacqua *et al.* (2018, p. 3) afirmam que “o espaço pode ser entendido como um processo onde as lógicas de transformação da sociedade

são a base de sua constituição (...) só se torna possível alterar as relações sociais se também o espaço for alterado”. Ainda segundo os autores, os espaços organizacionais também são constituídos através das relações de poder, como apontam ao revelarem as diferentes interpretações e significados dos espaços de um shopping center para diferentes grupos de pessoas. Nessa direção, Bevilacqua *et al.* (2018, p. 3) afirmam que “o espaço pode ser entendido como um processo onde as lógicas de transformação da sociedade são a base de sua constituição (...) só se torna possível alterar as relações sociais se também o espaço for alterado”. Ainda segundo os autores, os espaços organizacionais também são constituídos através das relações de poder, como apontam ao desvelarem as diferentes interpretações e significados dos espaços de um *shopping center* para diferentes grupos de pessoas.

Entendemos, nessa compreensão processual do espaço, que o espacializar configura, em si, uma prática organizativa (Beyes & Steyaert, 2012), o que nos permite situar esta pesquisa em diálogo com os chamados Estudos da Prática, em consonância com a virada prática nos Estudos Organizacionais. Isso significa dizer que o espaço se produz de forma coletiva e situada, em ações continuamente em processo e em rede, aproximando-se da noção de prática que permite vê-la em sua dinamicidade e sociomaterialidade (Gherardi, 2009). Tomar a prática como unidade de análise significa compreender o fenômeno como um complexo conjunto de fazeres que imbrica praticantes, artefatos, temporalidades, espacialidades (Feldman & Orlikowski, 2011). Ao rejeitar compreensões dicotômicas da realidade, busca-se reconciliar pensamento e ação, cognição e emoção (Yamamoto & Oliveira, 2021), articulando-se corpo, mente, objeto, sujeito, estrutura, agência etc. (Reckwitz, 2002). A prática social compõe-se, assim, de um importante eixo para compreensão da vida na cidade a partir da experiência vivida dos sujeitos, de forma a confrontar uma ideia de sociedade urbana coesa e homogênea (Saraiva & Ipiranga, 2020).

Os sons permeiam o cotidiano da cidade em seus diferentes espaços – vozerio, conversas, passagem de carros, veículos de comunicação e ruídos vindos do caminhar das pessoas são exemplos de sons apreensíveis em centros urbanos. Como pontuam Augoyard e Torgue (2006), os habitantes da cidade são tanto produtores quanto receptores de seus sons em suas ações cotidianas. Sons atribuem sentido e são condição para a percepção da realidade, não podendo ser separados de suas condições espaciais e temporais de propagação, e suas possíveis interpretações são balizadas pelas individualidades e subjetividades dos diferentes sujeitos (Raimbault & Dubois, 2005; Pistrick & Isnart, 2013).

Schafer (2001) denomina paisagem sonora o emaranhado de sons urbanos percebidos em sua totalidade, compreendendo aspectos culturais, costumes, tendências, falas, sotaques e preferências musicais – é a manifestação acústica do lugar, carrega de significados lugares e sons (Westerkamp, 1974). Isto posto, a dimensão sonora da cidade reflete os modos de vida de uma sociedade, sua organização, história e cultura, mostrando como o som é um objeto de estudo rico e vasto (Augoyard & Torgue, 2006). No entanto, os esforços empregados pela administração pública na gestão desses sons, assim como as demais diretrizes sobre o espaço público, como sublinha Certeau (1998), estão sempre sujeitos a processos de subversão por parte dos habitantes da cidade em seu cotidiano.

Partindo de Certeau (1988), a cidade real acontece além do domínio, controle e regulação do olhar panóptico, sendo no cotidiano de seus habitantes que práticas surgem, se proliferam e perpetuam à margem da regularidade. Impossíveis de gerir, tais astúcias que jogam com o espaço são denominadas táticas e vão na contramão dos esforços do poder público em mitigar as discrepâncias e incongruências da urbe. Segundo o autor, as táticas pertencem ao outro, cidadão ordinário, ausente de autonomia e poder sobre o espaço, refém do tempo para, nas brechas, efetivar seus movimentos no campo do inimigo. Na contramão das táticas estão as estratégias, pertencentes ao próprio, sujeito de

poder com autonomia sobre o tempo. Estratégias são organizadoras de lugares e se opõem às táticas, são avessos sustentados por extremos (Certeau, 1998).

Estratégias permitem organizar lugares com antecedência, dispor seus elementos, delimitar usos, restringir possibilidades, planejá-los de maneira geral, enquanto as táticas espacializam, metamorfoseiam o lugar em espaço, o inanimado é feito animado pelo praticar dos indivíduos. Tais motricidades não captáveis pela administração pública são responsáveis pela espacialização do lugar, habitantes da cidade apropriam-se do espaço através de práticas espaciais, resultando numa realização espacial do lugar (Certeau, 1998). De acordo com Certeau (1998), essa dinâmica entre estratégias e táticas nunca permite um vencedor, mas a todo tempo autoriza e desautoriza práticas nos espaços. As negociações das práticas cotidianas ou modos de fazer ocorrem nas fronteiras entre diferentes espaços, nem cá, nem lá, mas entre, são zonas onde transgressão, apropriação e subversão coexistem, onde a razão forte e fraco, próprio e outro, torna-se frágil assim como as regras (Certeau, 1998).

As práticas sociais constituem, assim, uma importante rede que organiza o acesso à cidade e reconfigura relações entre poder público e sociedade na experiência cotidiana, como na própria ocupação dos espaços e uso de equipamentos urbanos (Camargo *et al.*, 2020). Não apenas ocupações, entretanto, organizam e produzem os espaços da cidade: mobilidades e deslocamentos, esporádicos ou cotidianos, reelaboram usos e experiências (Yamamoto & Oliveira, 2021); apropriações e sociabilidades recriam relações simbólicas e materiais que, em constante tensionamento, produzem a cidade a cada dia (Gomes, Cardoso & Domingues, 2021).

Nessas dinâmicas sempre tensionadas, demarcam-se fronteiras não apenas nos usos, mas também nos discursos cotidianos, de modo que narrativas, histórias e relatos engendram lugares e igualmente autorizam condutas e práticas. Nas próprias palavras de Certeau (1998, p. 210) o relato “[...] abre um teatro de

legitimidade a ações efetivas. Cria um campo que autoriza práticas sociais arriscadas e contingentes [...] limites transportáveis e transportes de limites” (Certeau, 1998, p. 215). A exemplo disso, Lopes e Ipiranga (2017) argumenta a respeito da construção e organização do espaço da Praça dos Leões, em Fortaleza, CE, que assumiu diferentes significados ao longo do tempo, sustentado por uma rede de práticas igualmente mutante com o tempo. O negociar das práticas traça fronteiras que comportam diferentes malhas de práticas sobrepostas em tempos e espaços distintos (Lopes & Ipiranga, 2017).

As fronteiras, então, traçam as delimitações, mas também as rupturas, pois nelas se dão as pontes que abre portas ao externo, ao estranho, às negociações do espaço – relações de poder são estabelecidas (Mendes & Cavedon, 2015). Bezerra *et al.* (2019) coadunam com a questão ao trazerem à superfície os processos de resistência, ruptura e (re)apropriação espacial presentes numa organização artística na cidade de Fortaleza, CE, influenciando o organizar da cidade. Ao estudarem uma organização circense na cidade de Pelotas, RS, Oliveira e Cavedon (2015) explicam como a dimensão política das emoções permeia os processos organizacionais da cidade, evidenciando aspectos como as subjetividades dos indivíduos, as relações de poder e o contexto social da produção dos discursos. Aderentemente, Oliveira, Mendes e Lopes (2019) lançam luz sobre o caráter estético do discurso, ou seja, sua ligação com o contexto do qual é oriundo, não sendo possível isolá-lo das condições materiais, históricas e sociais que o circundam – do mesmo modo são as práticas para os sujeitos sociais.

Considerada a cidade uma produção sempre momentânea, moldada pelas práticas cotidianas de seus cidadãos, o discurso capitalista da cidade moderna alcança também suas organizações, e essas contra influenciam a conjuntura da cidade (Oliveira, Mendes & Lopes, 2019). Negociações e disputas indicam os pontos de inflexão dos tempos linear e cíclico no cotidiano da cidade, estabilizando malhas de práticas ao mesmo tempo em que o inimigo já insinua

sua revanche, como afirmam Oliveira, Mendes e Lopes (2019). Ainda segundo os autores, “quanto maior a tentativa de integrar essas temporalidades mais as contradições entre elas se evidenciam” (Oliveira, Mendes & Lopes, 2019, p. 64).

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Considerando a natureza da pesquisa e o fenômeno estudado, optamos pela abordagem qualitativa, visto que ela permite captar os fenômenos sociais, analisá-los e interpretá-los com base nos acontecimentos do campo e informantes (Creswell, 2014; Minayo, 2007). A realidade social é marcadamente dinâmica e efêmera, o que implica em sua apreensão sempre parcial, um recorte situado no contexto espaciotemporal (Minayo, 2007). Assim sendo, entendemos os fenômenos sociais enquanto contingenciais e socialmente produzidos (Angrosino, 2007). Na etapa de produção dos dados, empregamos a técnica de entrevista semiestruturada, uma vez que ela possibilita obter informações sobre o fenômeno estudado com base nas opiniões e experiências de vida dos entrevistados, revelando nuances e significados sob a superfície (Angrosino, 2007; Kvale, 2007). Entrevistas são adequadas para pesquisas de caráter indutivo porque possibilitam, através de perguntas descritivas ou exploratórias, o acesso às motivações e significados individuais dos participantes.

Ao todo, entrevistamos seis pessoas, sendo elas: dois membros da administração pública, um empresário local, um membro da Associação de Moradores de Jardim da Penha, e duas moradoras da região. Consideramos na escolha dos participantes a relevância que possuíam no contexto dos eventos musicais da Rua da Lama, o que contribuiu para a polifonia da pesquisa, enquanto a quantidade passou por uma limitação de tempo, sendo as entrevistas interrompidas quando os dados levantados já eram satisfatórios para o prosseguimento do trabalho. O contato com os entrevistados foi realizado de diferentes maneiras: os membros da administração pública foram contatados através de suas equipes via telefone, o contato com o empresário foi feito via

rede social, e os demais foram acessados via WhatsApp, através da indicação de conhecidos em comum. Elaboramos três roteiros de entrevista distintos, mesmo que guardando algumas similaridades, e os utilizamos conforme a posição ocupada pelos entrevistados no campo. Todos eles contaram com perguntas abertas sobre os eventos do projeto Som de Fogueira, aspectos relacionados ao som e à construção do espaço da Rua da Lama (por exemplo, opiniões sobre os eventos e o som gerado, sobre as ações da administração pública e possíveis alternativas para solucionar o impasse). Desta maneira, os entrevistados tiveram maior liberdade para construir suas próprias linhas de raciocínio, oportunizando novas perguntas conforme o surgimento de caminhos relevantes.

Todas as entrevistas foram marcadas segundo a disponibilidade dos participantes e a compatibilidade das agendas, tendo sido realizadas presencialmente, entre outubro e novembro de 2019, em locais sugeridos pelos entrevistados – no ambiente de trabalho, no caso dos membros do poder público e empresário, e em locais públicos nos demais. A captação dos áudios foi feita através do gravador de voz de um notebook, mantendo sua tela desligada durante todo o processo para evitar possíveis distrações no curso da entrevista. A média de duração de cada entrevista foi de cerca de trinta minutos. Com intuito de garantir o sigilo dos entrevistados, adotamos o uso de letras para cada um deles ao longo do trabalho, sendo: “X” e “G” para os membros da administração pública; “E” para o empresário local; “Q” para o membro da Associação de Moradores de Jardim da Penha; “B” e “S” para as duas moradoras da região. Além disso, é importante acrescentar que documentos, tais como notícias em sites e o Projeto de Lei, também foram acessados de maneira complementar, servindo para um primeiro momento exploratório.

Finalizadas as entrevistas, as transcrições foram realizadas de maneira detalhada por meio do software Microsoft Word. Deste modo, durante a transcrição foram respeitados mesmo os aspectos não formais da língua portuguesa, as gírias e os vícios de linguagem – o que requereu mais tempo, porém manteve preservada a

riqueza dos dados. Ao todo, foram investidas cerca de 18 horas no processo de transcrição.

Terminadas as transcrições, iniciamos o processo de análise pela codificação baseada em dados (Gibbs, 2009). Considerando os objetivos e o problema de pesquisa, o processo de codificação seguiu da seguinte maneira: primeiramente, todas as transcrições foram lidas e, durante o processo de leitura, destacamos delas os trechos considerados relevantes, denominados códigos descritivos; na sequência, os códigos descritivos extraídos foram categorizados de acordo com suas afinidades; por fim, os códigos descritivos foram transpostos para uma planilha no *software* Microsoft Excel. A planilha visava a organizar os dados dos entrevistados, trechos das transcrições que mereceram algum destaque, bem como códigos elaborados a partir dos dados e posteriormente relacionados com a teoria.

O tratamento dos dados foi feito de forma a evitar categorias analíticas pré-estabelecidas na teoria, assim sendo possível uma exploração mais rica das transcrições ao serem levados em consideração aspectos que talvez passariam despercebidos se realizada uma codificação baseada em categorias teóricas (Gibbs, 2009). Deste modo, durante todo o processo, novas leituras das transcrições foram realizadas para manter a fidedignidade às categorias nativas e interpretações produzidas pelos entrevistados. Conforme sugerido por Gibbs (2009), empregou-se também a técnica de comparação constante através da análise de palavra, expressão ou sentença, que consistiu em buscar entender aspectos que não estavam na superfície, explorando em profundidade as transcrições e interpretando o significado das falas e expressões dos entrevistados minuciosamente, levando em consideração seus contextos.

Após o repetido esforço em estabelecer conexões entre dados e teoria, identificou-se que o espaço da Rua da Lama era, na oportunidade, (re)organizado e (re)construído por meio da articulação de cinco práticas

principais, que dão nome às categorias analíticas: o exibir, o organizar, o regulamentar, o resistir e o mediar. Dito isso, “Exibir” corresponde às práticas de exposição da cultura local, de música autoral e também fatores político-eleitorais; “Organizar” inclui as práticas ligadas à preparação, controle e monitoramento dos eventos e espaço público; “Regulamentar” abarcou práticas relacionadas à legalização do evento, melhoria de estrutura e limitação de alguns pontos; “Resistir” abrangeu práticas ligadas à atuação dos diferentes atores em direção aos seus respectivos interesses frente às adversidades; e, finalmente, “Mediar” incluiu práticas relacionadas ao estabelecimento de diálogo entre as partes, concessões e equilíbrio.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A Rua da Lama, tradicional ponto turístico da cidade de Vitória, assumiu diferentes configurações ao longo do tempo desde seu “surgimento” (Drumond & Fantinel, 2015). Uma associação, porém, que se mantém é a da Rua da Lama com a universidade, dado que a proximidade física entre elas contribui para que o público universitário se mantenha historicamente fiel, ainda que mude ao longo do tempo, como aponta o entrevistado E ao afirmar que a Rua da Lama é cíclica e seu público se renova a cada seis meses, são “pessoas de dezoito anos, universidade, cheias de vontade de ouvir música, cheias de vontade de entender qual é a cultura local, cheias de vontade de tocar”. Historicamente, a Lama é um espaço de disputas de interesses e de ações programadas, afinal ela se encontra no coração de um bairro nobre da cidade, habitado em grande parte por famílias abastadas que compartilham de interesses conflitantes com os demais inseridos nessa dinâmica, como frequentadores, empresários e poder público.

Nos últimos cinco anos, a Rua da Lama foi palco do Som de Fogueira, um evento musical organizado localmente nas noites de terça-feira, o mais popular dentre outros eventos realizados no local. O projeto partiu de uma união entre o dono de um bar da região, artistas locais e público, ainda que ao longo do tempo outros

sujeitos tenham se inserido, ou foram inseridos, nas dinâmicas e negociações envolvendo o espaço da Rua da Lama. Como afirma o entrevistado E, o projeto tinha como proposta promover a música autoral capixaba e os músicos locais, oferecendo entretenimento de qualidade gratuito para o público da Rua da Lama.

No início, em 2014, os eventos eram realizados na calçada de um dos bares da região; no entanto, o crescente ganho de proporção e a popularidade alcançada ao longo dos anos contribuíram para que o Som de Fogueira fosse contemplado com um edital da Prefeitura em 2018, quando um palco passou a ser montado em frente aos bares nas noites do evento, e a rua a ser fechada com cones, impedindo a passagem de carros, de acordo com o entrevistado X. Além das terças-feiras, o Projeto de Lei (PL) nº 5023/2018 previa a inclusão também das quintas-feiras e sábados no calendário oficial da cidade de Vitória, haja vista que outros eventos musicais como o Rap na Lama e Samba na Lama também acontecem no local, atraindo uma grande quantidade de pessoas.

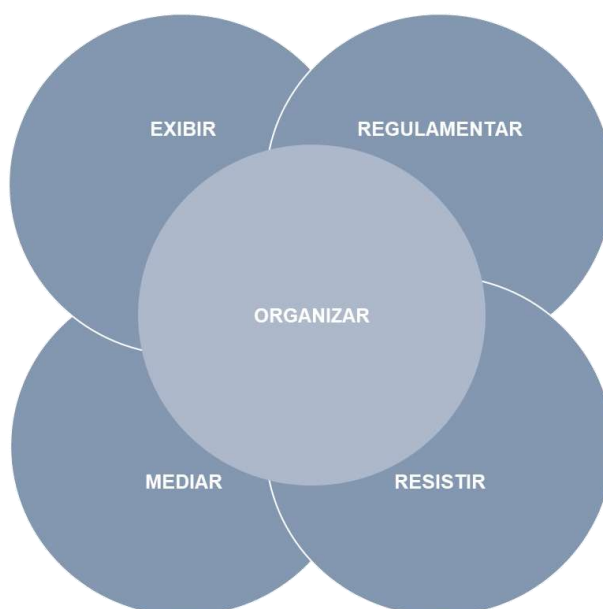
Como dito, outros sujeitos adentraram o campo das negociações sobre o espaço da Rua da Lama, evidenciando o caráter plural do espaço, atravessado por diferentes narrativas e marcado pela falta de consenso até mesmo entre os “iguais”, como no caso da própria administração pública, segundo o entrevistado X. Ao longo das entrevistas, os participantes mencionaram outros sujeitos e órgãos públicos que estiveram envolvidos nas negociações acerca da realização dos eventos musicais, participando estrategicamente da organização do espaço da Rua da Lama, seja na sua disposição física ou autorizando (ou não) determinadas práticas. Ainda segundo os entrevistados, dentre esses sujeitos encontram-se, por exemplo, a Secretaria de Desenvolvimento da Cidade (SEDEC), Secretaria do Meio Ambiente (SEMAM), responsável pelo disque-silêncio – instrumento mencionado pela entrevistada B para fazer reclamações em relação à altura do som – Central de Serviços, que cuidou, dentre outras coisas, da limpeza da avenida no dia seguinte aos eventos, Ministério Público, Secretário e Secretaria de Cultura (SECULT), Prefeitura, Câmara de Vereadores

(CMV), Assembleia Legislativa (ALES), Guarda Municipal etc. o que indica o entrecruzamento de discursos pulverizados nas zonas fronteiriças (Certeau, 1998), as quais não têm dono, são negociadas e estabelecidas nos pontos de encontro das diferentes narrativas sobre o espaço, traçam limites e se articulam na direção de autorizar ou não determinadas práticas. Tendo isso em vista, tais relatos evidenciam como a administração pública, marcada por uma racionalidade excludente e higienista, reproduz o modelo de cidade neoliberal, o que satisfaz e beneficia determinadas parcelas da sociedade enquanto segrega e negligencia outras (Santos *et al.*, 2021).

Essas negociações, conforme explicitado, tratam de cinco práticas que, articuladas, ajudam a compreender os processos de produção do espaço urbano em análise, especialmente no que diz respeito à dimensão sonora, como proposto. Entendemos que todas as práticas identificadas e descritas (exibir, organizar, regulamentar, resistir e mediar) imbricam, de certa forma, cidadãos e poder público no complexo processo de produção do espaço urbano, que, no contexto estudado, relacionavam-se profundamente ao som. A figura a seguir organiza e evidencia as categorias empíricas produzidas, elencadas nas práticas identificadas em campo.

Figura 1

*Representação das categorias empíricas produzidas com base nas práticas
identificadas em campo*



Fonte: Imagem produzida pelos autores.

O espaço pode assumir diferentes significados, sendo passível de formas de apropriação distintas por diferentes grupos, seja através das práticas sobre o próprio espaço e sua materialidade ou via discursos que negociam fronteiras, como sugerem Mendes e Cavedon (2015) ao argumentarem que, por exemplo, fatores sociais, contextuais e históricos se imbricam nas diferentes narrativas e percepções sobre o espaço por parte de camelôs, poder público e comerciantes formais na cidade de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul, orientando as diferentes práticas e processos de (re)apropriação do espaço público. Segundo os autores, as fronteiras traçadas pelas disputas de poder estabelecem limites, mas também rupturas simbólicas, como no caso da Rua da Lama, onde as determinações para realização dos eventos segundo critérios da gestão pública abriram margem para tentativas de (re)apropriação por aqueles que se viram

enfraquecidos na disputa, no caso, moradores e associação de moradores, o que ficou evidente na fala dos entrevistados de modo geral.

Ao longo do tempo, os eventos vinham gerando incômodo para a população local e para alguns donos de bares da região, conforme relato do membro da associação de moradores e das moradoras do local. Como pontuado pelo entrevistado G, o volume do som e das pessoas conversando, a dificuldade de locomoção, o uso de substâncias ilícitas por parte de algumas pessoas no local e o lixo gerado são pontos de atrito envolvendo a organização do evento, moradores e Associação de Moradores, e poder público. Paralelamente, as múltiplas narrativas expostas pelos diferentes sujeitos apresentam concepções distintas acerca do que representam os eventos musicais, bem como quais interesses estão em jogo e como as partes negociam os pontos de atrito, entretanto, mais do que isso, permitem captar como essa dinâmica está construindo o espaço da Rua da Lama. Tais dinâmicas evidenciam a pluralidade de pensamentos possíveis sobre a cidade e seus processos organizativos, caminhando na direção dos achados de Andrade e Domingues (2020a) sobre as diferentes percepções e pontos de atrito existentes no que diz respeito à retirada de pessoas da Cracolândia, na cidade de São Paulo (SP). Assim como no estudo citado, a apropriação de um espaço público para usos que desviam da sua finalidade inicial, ou para a qual foi concebido, é percebida de maneira diferente entre as pessoas, atraindo olhares da administração pública, estabelecendo fronteiras e alimentando disputas sobre o espaço urbano.

Por parte da organização dos eventos, composta pelo dono de um dos bares mais artistas e produtores culturais, identificamos a reivindicação da Rua da Lama enquanto um território de cultura e entretenimento, que ofereceria, através do Som de Fogueira, lazer de qualidade, além da oportunidade para novos artistas surgirem e retomarem a cena musical capixaba. Tal cena aparece marcada saudosamente na fala do entrevistado E, que lembrou tempos de sucesso de bandas e artistas capixabas no cenário nacional e internacional. Por

parte dos moradores e associação de moradores há um descontentamento com a situação, haja vista que, segundo os entrevistados Q e B, o evento interferia na qualidade de vida dos moradores devido ao excesso de som, produção de lixo, sensação de insegurança, presença de ambulantes e comércio de substâncias ilícitas. Além disso, foram trazidos aspectos normativos como a própria CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) da Rua da Lama, que não habilitaria a realização de eventos de maior porte, mas somente música ao vivo dentro do espaço dos bares. Entre os integrantes do poder público existem visões e posicionamentos distintos para a questão, como apontam os entrevistados G e X, e frentes diferentes se associam na direção de promover e proteger interesses diversos sob discursos e práticas mediadoras e de regulamentação.

A cultura local foi ponto comum na fala dos entrevistados, ainda que assumindo conotações distintas e visando objetivos igualmente distintos a partir de quem enuncia. Enquanto sujeitos ligados à associação de moradores e alguns habitantes do bairro argumentam que a finalidade da Rua da Lama não é essa (realização de eventos de maior porte), reconhecendo a necessidade de mais palcos para os artistas capixabas, o dono de bar, produtores culturais e público entrevistado constroem suas narrativas sobre a Rua da Lama enquanto um importante espaço de sociabilidade e celeiro cultural, que historicamente desempenha o papel de conectar artistas e produtores culturais com parte da população. O poder público apresenta-se em um papel mediador, de quem afirma reconhecer e sustentar a necessidade de fortalecimento da cena cultural autoral de Vitória, e que a Rua da Lama desempenharia papel importante nesse processo. No entanto, ainda que haja pressões tipicamente modernistas sob o argumento da necessidade de uma organização racional e técnica da cidade (Leite, 2017), a articulação das práticas não acontece sem fricções e atritos de forma que se mostra necessário navegar por entre as fronteiras traçadas por discursos conflitantes e negociar os limites. Nesse contexto, os diferentes entendimentos e significados atribuídos ao Som de Fogueira e à Rua da Lama

deram forma aos diferentes modos de apropriação espacial praticados pelos entrevistados, mostrando como a produção e reprodução da cidade não é homogênea e transcende práticas organizativas engendradas pelo poder público, de forma que responde aos movimentos dos seus habitantes, simultaneamente acentuando as diferenças e conferindo pluralidade aos espaços da urbe (Gomes, Cardoso & Domingues, 2021).

Não obstante, práticas relacionadas à exibição e promoção da cultura local, dos artistas e suas músicas, estiveram presentes nessa construção do espaço da Rua da Lama. Segundo os entrevistados, os eventos musicais serviram de meio para fomentar a produção cultural autoral capixaba, através dos artistas que se apresentavam e levavam músicas próprias, com características regionais, e do engajamento do público em consumir o trabalho deles, movimentando a produção local de arte e cultura. Isso fica claro na seguinte fala do entrevistado X:

É, o artista no Espírito Santo, em Vitória, ele precisa de palco, né?! Precisa apresentar sua cultura, sua música, sua letra [...] são músicas menos comerciais, menos hollywoodianas, menos do mercado, são músicas nossas [...] nenhum território da cidade é igual a Rua da Lama por conta das pessoas que frequentam, por conta daquilo que é produzido, tocado e exposto ali através da produção cultural das pessoas dali. (X)

Tais choques entre pontos de vista sobre o que representa a Rua da Lama e o que seria a “vocaçãõ” do seu espaço corroboram com o caráter político das práticas, marcante em Certeau (1998) e apropriado de forma categórica por Leite (2010), que aponta o caráter de negociação ininterrupta do organizar da cidade, seus espaços a todo momento são objeto de (re)apropriação, sujeitos costuram discursos e histórias que autorizam ou reprovam determinadas práticas em seu

domínio, e sob a difusa marcação das fronteiras coexistem malhas de práticas sobrepostas que conferem à cidade seu caráter plural. O espacializar da Rua da Lama configura-se, assim, como uma prática, por um lado, simbólica – porque diz respeito às significações e representações produzidas e circulantes nesses enunciados dos diferentes sujeitos que vivem a cidade – e ao mesmo tempo material – visto que as práticas são, ao mesmo tempo, performativas em relação ao mundo concreto, ou seja, produzem elas mesmas materialmente o espaço da cidade. Logo, ao evidenciarmos tais práticas de espacializar da Lama, em suas articulações (nem sempre harmônicas, pois muitas vezes implicam conflitos e tensionamentos, como se pode ver), compomos com as discussões propostas por Beyes e Steyaert (2012), na medida em que entendemos que a produção do espaço é, em si, uma prática organizativa. No caso em foco, a produção da Lama organiza a cidade: ela delimita fronteiras (onde começa e onde termina) e usos (apropriações autorizadas e não autorizadas do espaço urbano, mobilizadas por habitantes, poder público e empresários). Entendemos que o espacializar da Rua da Lama é concatenado pelas diferentes apropriações, estratégias e táticas manifestadas em seu espaço, sendo, portanto, uma prática simbólica e material, que altera não apenas o espaço físico, mas o conjunto de valores e crenças sociais previamente inscritas no lugar (Honorato & Viegas, 2020).

Expostas essas dinâmicas do negociar da cidade, que reforçam o argumento de que Saraiva e Ipiranga (2020) de que problematizar a cidade a partir das experiências vividas pelos cidadãos permite confrontar uma ideia de sociedade urbana coesa e homogênea, sugerimos que, com o tempo, o Som de Fogueira passou a atrair holofotes e tornou-se pauta para disputa de interesses, trazendo para o debate a administração pública – o deu margem para os eventos serem usados como fator de promoção política e defesa de interesses pessoais, como afirma o entrevistado E:

Qual que é o plano de fomentação cultural desses lugares (pontos turísticos da cidade)? Quem são as pessoas que

querem fazer? Entendeu? Se você antecipa, você evita ruído. Cara, o que eu percebi é que o ruído atrai politicagem [...] a gente conseguiu convencer a Prefeitura que o projeto poderia acabar porque já tava chegando no quarto ano sem apoio financeiro ou um palco bem estruturado, não faria mais sentido ficar chamando os músicos aqui porque eles já tinham levantado a cena, a gente precisava ser retribuído de alguma forma. (E)

Coadunando com o acima exposto pelo entrevistado E, o Projeto de Lei foi proposto como uma ferramenta de mediação para que os eventos continuassem acontecendo, porém dentro de limites, que operam no sentido de suprimir práticas reprovadas pela gestão higienista da cidade, como expõe o entrevistado X. Nesse sentido, o entrevistado X disse ainda que:

Então essas pessoas interpretaram um pouco mal às vezes nossa iniciativa mesmo porque tem o fator político eleitoral que vai chegando, então as pessoas tentam prejudicar a intenção do projeto que é estabelecer regras, que é estabelecer limites. Onde há regra e limite, há benefício para comunidade local, há horários de início e término, espaços a serem interditados, proibição de carros de som, a questão dos ambulantes na organização. (X)

A proposição do Projeto de Lei foi uma ação que permitiu que problematizássemos a partir dos esforços de produção de regramentos na cidade (a partir do olhar modernista sobre a cidade que prima pelo ordenamento e pela racionalidade) outras três práticas marcantes foram identificadas durante a pesquisa: o preparar, o controlar e o monitorar. Em consonância, esses três eixos nortearam algumas intervenções no espaço da Rua da Lama em dias de evento, como o fechamento da rua com cones, delimitando o local de ocupação

pelo público, instalação do palco e equipamentos de som, disposição de viaturas da Polícia ou Guarda Municipal no local, controle de vendedores ambulantes, e até mesmo a disposição de uma arquibancada no canteiro central da avenida por parte dos organizadores do evento. Articuladas, essas práticas participaram da construção do espaço da Rua da Lama ao prepará-lo para os eventos, ao possibilitarem controle sobre as ações no local através da presença de agentes da segurança pública, e ao monitorarem o que poderia ser considerado excessos naquele espaço, como extrapolação do horário de término estabelecido para os eventos e as reclamações relacionadas ao volume do som. O trecho da fala do entrevistado G a seguir é emblemático nesse sentido, especialmente quando o sujeito recorre a regramentos de diferentes tipos para justificar as práticas elencadas:

Primeiro, é um evento musical, então evento musical tem regras claras que são regras federais, nem é municipal, de permissão do som, da altura do som. Então isso precisa ser regulado o tempo todo, né?! Nós temos um horário máximo, temos também essa questão da altura, se pode ser com caixa de som amplificada, se não pode. Então tem uma série de regras que já são colocadas. Além disso, quando você faz um evento na rua, você tem que ter algumas regras, por exemplo não dá pra transitar pessoas e carros no mesmo local. (G)

Mendes e Cavedon (2015) chamam atenção para a alteridade no organizar urbano, desvelando que essas negociações sempre resultam numa ordem provisória do espaço, nos convidando sempre a pensar a quem se adequa o atual *status quo*. Em alinhamento com esta proposta, desafiamo-nos a refletir sobre a qual cidade se destina (e qual cidade se produz com) o espacializar da Lama a partir dos representantes do poder público envolvidos no debate. Tal ordem provisória instituída a partir de um ideal que atende aos preceitos da cidade-

conceito lança mão de práticas que envolve atores e instituições diversas a fim de coibir ou inibir sujeitos e comportamentos indesejados, como a Guarda Civil e a própria polícia, como fica elucidado na fala dos entrevistados E, G e X. Segundo o entrevistado X, o Ministério Público atuou mediando esse debate e, conseqüentemente, suas implicações materiais, enquanto a Prefeitura de Vitória organizava o espaço ao disponibilizar equipamentos e, principalmente, policiamento. Segue:

[...] até o Ministério Público também participou do debate. É, tem participado desse debate lá como mediador também [...] e com Guarda Civil ou Polícia, questão de segurança, assim, é, isso fica debaixo [...] da responsabilidade de algum desses órgãos de Prefeitura, ou assim. [...] quando a Prefeitura precisa de um reforço maior, põe a própria Polícia. Existe na Prefeitura de Vitória uma reunião chamada [...] Gabinete Integrado de Segurança [...] onde a Prefeitura reúne todas as secretarias, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, Guarda Militar, em reunião com o prefeito mensalmente, e eles combinam ali essas ações, saca?! Eles combinam a estratégia de atuação. Normalmente, sempre a guarda tá ali. (X)

Em meio às disputas e negociações envolvendo o espaço da Rua da Lama, os próprios habitantes da região mobilizam práticas visando à produção do espaço, práticas essas em que o som tinha caráter central. Diversos moradores acionavam o disque-silêncio para que houvesse intervenção do poder público no local, segundo nos informaram os entrevistados G e B. O entrevistado Q, membro da Associação de Moradores de Jardim da Penha, nesse sentido, defendeu a proibição de carros de som no local, enquanto a entrevistada B afirmou que tem o costume de fazer reclamações pelo canal do Disque-Silêncio e diretamente com o dono do bar. Popularmente conhecido como 156, o disque-silêncio recebia

as reclamações envolvendo o volume do som na Rua da Lama, uma vez que, conforme lembraram os próprios entrevistados, existe a permissão para ruído no local somente até as 22 horas. Sobre esse ponto, o entrevistado G relembra:

[...] assim, é, eu no período que eu estive lá (Secretaria de Planejamento da Cidade de Vitória) eu fazia questão de acompanhar o 156, que é um canal de manifestação, é, das pessoas em relação a essa questão do som, né?! (G)

Assim, se por um lado, o som estava no centro de muitos contatos e demandas dos habitantes com o poder público, por outro lado diversas articulações no sentido de estabelecer determinados eventos e contar com as instituições para o estabelecimento de determinadas práticas estavam em jogo. O entrevistado E apontou que sua articulação com os músicos locais permitiu organizar e iniciar o evento Som de Fogueira, e contribuiu para o consequente ganho de público nas noites de terça-feira. Tal articulação, que permitiu o surgimento do Som de Fogueira, evidencia as dinâmicas de apropriação do espaço urbano que reconstroem a cidade a partir de novos usos propostos para os espaços, e evidencia igualmente como esses processos ocorrem muitas das vezes à margem da administração pública, que foi inserida no debate já num momento posterior, quando os eventos aconteciam de forma espontânea e sem sua intervenção. Munro e Jordan (2013) chamam atenção para aspectos sociais do espaço e para as práticas espaciais empregadas por artistas e transeuntes na construção de um festival de rua na cidade de Edinburgh, desvelando as táticas utilizadas pelos artistas para explorar as ambiguidades do espaço público e negociar seu uso. Isto posto, segundo o entrevistado E, o surgimento do Som de Fogueira foi gradativo, forjado nas próprias noites na Rua da Lama:

[...] eu comecei a chamar cada amigo meu músico [...] pra fazer um som nas terças [...] já que o bar não tinha condição de pagar [...] vamos fazer um movimento nosso,

terça-feira. A gente canta nossas músicas, que a gente escreveu junto, e cada um que quiser tocar dá uma palhinha [...] acabou que como era música popular, uma galera começou a 'vim' e não parar hora nenhuma de tocar. Todo mundo queria tá tocando. E o Som de Fogueira ficou um ano sendo assim: o público também era quem participava do projeto. (E)

O uso de determinados espaços da cidade para finalidades culturais esbarra muitas vezes com os interesses dos sujeitos de poder e da administração pública, principalmente se levada em consideração a vocação capitalista da cidade moderna, que visa sustentar uma imagem globalizada ao mesmo tempo que suprime seus detritos, como no caso da utilização de um espaço público por um grupo de dança em Belo Horizonte (Coimbra & Saraiva, 2014). Na contramão disso, projetos como o festival de música Maloca Dragão 2017, ocorrido na cidade de Fortaleza (CE), são exemplos de como conectar e ocupar criativamente diferentes espaços da cidade, incluindo a população nas atividades culturais (Dias, Ipiranga & Bezerra, 2021).

No caso da Rua da Lama, as práticas relacionadas à regulamentação dos eventos musicais foram sustentadas pelo intuito manifesto pela administração pública em regulamentá-los, e relacioná-los ao calendário da cidade e à disponibilização de equipamentos públicos. Salientamos que esse processo também não se deu sem tensionamentos, uma vez que outras vozes também participaram desse processo, reivindicando e defendendo seus interesses. De um lado, sujeitos ligados à administração pública manifestavam interesse em incluir o Som de Fogueira no calendário oficial de eventos da cidade de Vitória – o que poderia facilitar aos organizadores o acesso a recursos financeiros e de pessoal. Ao reconhecer institucionalmente os eventos, os órgãos responsáveis também se colocavam na posição de regulamentá-los, fiscalizá-los e controlá-los, conforme discutido até aqui. Através da regulação, seriam impostos limites para a

realização dos eventos, tais como horário de início e término fixos, dias da semana em que poderiam ocorrer, e limites também em relação à altura do som. Por outro lado, foi negociada com os organizadores locais a possibilidade de disponibilizar equipamentos de som, estrutura física para o palco, aparato de segurança, banheiros químicos etc. com maior facilidade do que inicialmente, como aponta o entrevistado G. O seguinte trecho da fala do entrevistado X sobre o Projeto de Lei nos ajuda a compreender esse ponto:

Então, o Projeto de Lei é isso. Ele tem objetivo de reconhecer e ajudar na regulamentação. Aprovado o Projeto de Lei, agora a Prefeitura vai junto com a comunidade, com os produtores culturais, com todos os atores que se envolvem com esse universo ali da rua da lama, discutir o que que é o melhor, qual melhor horário pra começar, qual melhor horário pra terminar [...] onde não há regra, a possibilidade de paz e de diversão sadia, ela é diminuída. (X)

Salientamos a expressão “diversão sadia” enunciada pelo entrevistado X, pois isso implica pensar na cidade conceito de Certeau (1998) que, partindo de uma lógica higienista, afasta outros tipos de diversão em determinados espaços – o que ganha complexidade devido a Rua da Lama se localizar numa região abastada da cidade. Partindo da fala da entrevistada B, que pontuou sobre o incômodo dos moradores com o comportamento de parte dos frequentadores do Som de Fogueira – uma parcela de pessoas mais jovem que se aglomera na calçada lateral ao bar, de frente para onde acontece o evento, que acaba gerando confusões, lixo, consumo de substâncias ilícitas e outras perturbações. Nesse ponto, o entrevistado G chama atenção para o que ele percebe como os benefícios que uma regulamentação do evento poderia trazer, conforme segue:

[...] eu entendo como um evento que vai pro calendário, é que ele tem alguma importância pra cidade. Ele não é importante só pra quem organiza o evento, ele é importante pra cidade. Do ponto de vista dessa construção, ele ganha uma visibilidade maior em relação ao apoio da Prefeitura, né?! [...] além disso, tem uma flexibilização em relação a decibéis. Parece que, eu acho que é 10 decibéis a mais que esse evento poderia por estar numa área onde tem um evento próprio, né?! Da cidade. (G)

A referência à flexibilização no número de decibéis tolerados pela fiscalização do poder público denota a articulação das negociações dos usos do poder público por parte dos organizadores do evento. Seria possível, assim, renunciar a parte da espontaneidade em apropriar-se da rua como até então ocorria, em troca de um imaginado aumento de público com a adesão ao calendário oficial de eventos culturais, e uma tolerância maior em relação ao som produzido. Assim, o negociar do uso do espaço público traz em si uma prática também de resistência, pois as partes possuíam seus interesses e, a partir dos contínuos contatos com o poder público, conseguiram provocar brechas na ordem vigente.

Tais dinâmicas visibilizam processos nos quais os espaços urbanos são organizados para viabilizar determinados encontros, enquanto são desorganizados para outras possibilidades de interação, justificando ações higienistas e preservando o uso dos espaços para determinados grupos sociais (Gomes, Cardoso & Domingues, 2021). O entrevistado E, além de relatar a busca pelo diálogo com as demais partes e enfrentado as dificuldades da organização dos eventos sem maior apoio operacional, externou que seu bar já foi denunciado e ele mesmo sofreu voz de prisão em um episódio envolvendo a arquibancada que ele mesmo projetou para acomodar o público, como segue:

[...] teve o episódio da arquibancada que a Secretaria de Desenvolvimento da cidade pegou a arquibancada, os fiscais pegaram e jogaram no caminhão, eu entrei na frente do caminhão e tomei voz de prisão de policial. Os fiscais queriam me multar, e me multaram. (E)

A situação acima exposta evidencia a tensão permanente entre estratégias e táticas na construção espacial da Rua da Lama, mostrando como o dono do bar, artistas, produtores e público se apropriaram via táticas espacializadoras da rua para realizar os eventos, enquanto a administração pública se valeu de sua autoridade sobre o lugar para “manter a ordem”, suprimindo os movimentos contrários. Em sua dimensão política, as práticas podem realçar conflitos e diferenças de interesses presentes na produção e reprodução dos espaços urbanos, sendo a ocupação de determinadas localidades, portanto, um modo de dar forma às relações envolvendo sociedade e poder público (Camargo *et al.*, 2021). Vale ressaltar que, apesar dos entrevistados considerarem o diálogo uma possibilidade para a manutenção de certa “coexistência”, as constantes negociações e disputas envolvendo a Rua da Lama revelam uma ininterrupta tensão entre golpes e contragolpes, constantes tentativas de ordenamento e subversões. Essa suposta possibilidade de diálogo pode ser observada na seguinte fala do entrevistado X:

[...] é o morador saber que a Rua da Lama não vai acabar. E a Rua da Lama saber que os moradores não vão sair dali. Ter essa consciência, certo?! E que ninguém vai tirar ninguém dali. Então quando essa consciência, ela se consolida, resta, graças a Deus, o diálogo e as concessões. (X)

Dado o panorama apresentado, o diálogo foi apresentado nas falas de diferentes sujeitos como uma ferramenta importantíssima de mediação entre as partes para

que chegassem num consenso – haja vista que solicitações poderiam ser atendidas, mas concessões também eram necessárias, conforme dito pelo entrevistado X, elucidando como o negociar dos modos de fazer pode permear a construção dos espaços da cidade ao autorizar ou proibir determinadas práticas (Leite, 2017). Isto posto, os entrevistados trouxeram em suas falas a importância do diálogo para a construção de um caminho que levasse a um ponto em comum. O entrevistado Q, nesse propósito, afirmou que:

[...] que isso seja feito de forma plural por todas as mãos, porque uma vez aprovado por todas as mãos [...] são pelos segmentos de comércio que inclui o rapaz da terça-feira, pela comunidade, são pelos outros comerciantes, são pela Polícia, pela Guarda, pela Prefeitura. Sendo aprovada por várias mãos, a coisa vai dar certo. Se não, dessa forma a gente vai continuar nessa pouca evolução nesse sentido.
(Q)

O entrevistado E também aponta que:

[...] eu espero ainda ano que vem reverter isso de forma mais inteligente, contando aí com mais diálogo, mas eu acho muito ocioso a rua só ter gente terça-feira [...] cada ano surge coisas mais legais pro projeto, e ideias e pessoas chegando até a mim pra criar outras coisas. (E)

Salienta-se também a relevância do diálogo na seguinte fala do entrevistado X:

Assim, a primeira coisa é o diálogo. O diálogo incansado até esgotar. Dialogar, dialogar, dialogar [...] então a gente tá percebendo que é possível coexistir, manter coexistência entre essas partes aí, e o diálogo tem que ser permanente

[...] tem que tá sempre dialogando, tem que tá sempre indo lá, conversando, ouvindo. (X)

Desta maneira, os conflitos emergentes dos interesses distintos acerca dos eventos musicais e da Rua da Lama, centrados sobre as disputas envolvendo o som e a produção da cidade a partir dele, implicaram numa constante articulação de práticas que provocam equilíbrios tênues (Domingues, Fantinel & Figueiredo, 2019) nas relações entre os sujeitos que produzem os espaços urbanos. A todo o momento as diferentes práticas e apropriações do espaço mostram-se engendradas umas com as outras, partindo de diferentes motivações e objetivos, e influenciando nas ações dos praticantes. O negociar das práticas está presente no espacializar da cidade, evidenciando os múltiplos subterfúgios presentes nos discursos e narrativas que sustentam os interesses sobre a (re)organização da cidade (Bezerra *et al.*, 2019; Correia, Colares & Saraiva, 2017; Oliveira, Mendes & Lopes, 2019; Sabella & El-Far, 2019). Assim, o caráter dinâmico do espaço reflete as tensões existentes nas fronteiras onde é negociado, assim habilitando ou não práticas sociais em seu domínio, abrindo caminho ao diferente, ao externo, sustentando um jogo infinito de estratégias e táticas na (re)apropriação ou estabilização dos espaços. Finalmente, o Som de Fogueira partiu da apropriação do espaço público para usos não previstos inicialmente pela administração pública, mostrando como os usos do espaço público muitas vezes extrapola o controle da administração pública e abrem margem para processos tensionados, conflituosos e desarmônicos de (re)apropriação, em que a cidade é espacializada, organizada na produção simbólica e material nas sobreposições de práticas, narrativas, símbolos e signos.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa objetivou compreender como o negociar das práticas nos bastidores de um evento musical entremeia a construção espacial e o estabelecimento de fronteiras reguladoras das práticas na cidade. Partiu-se, para

isso, do exercício de trazer à tona práticas, significados e interesses sob a superfície, mostrando dinâmicas micropolíticas que operam na negociação das práticas na construção do espaço da Rua da Lama. As práticas identificadas à luz da lente teórica – exhibir, organizar, regulamentar, resistir e mediar – evidenciam complexos engendramentos no processo de produção espacial.

No caso em estudo, o som, imbricado no processo de organizar do espaço urbano, suscitou negociações entre as partes, com moradores e associação de moradores insatisfeitos e organizando-se para garantir seus interesses, enquanto empresário e artistas buscavam a manutenção dos eventos musicais, e, por fim, a administração pública e o Projeto de Lei buscaram protagonizar a mediação do diálogo, estabelecendo assim mecanismos regulatórios sobre o espaço da cidade. Isto posto, ficou evidente que o espaço da Rua da Lama emerge continuamente por meio do entrecruzamento das diferentes formas de apropriação, práticas e usos do espaço, essas que são influenciadas conforme as diferentes representações que circulam entre os praticantes.

Assim, na busca por contribuir com o pensar sobre a centralidade do som no organizar do espaço urbano, este artigo argumenta que o organizar da cidade se pratica por diferentes sujeitos em articulação de forma imbricada com equipamentos urbanos. Ao entender, contudo, que essa produção ocorre em meio a tensionamentos e disputas, evidenciamos por meio de uma abordagem micropolítica os diferentes interesses e negociações em torno do projeto estudado. A via da prática permitiu adotar uma perspectiva material e simbólica da cidade e mostrar que a dimensão sonora é central para compreender a dinâmica produção espacial que organiza cotidianamente a cidade.

A partir do estudo, é possível então afirmar que este trabalho contribui ao conduzir o foco ao som na produção de determinados fenômenos urbanos, e colocá-lo no centro de disputas, conflitos e negociações que se combinam, ora de forma convergente, ora divergente, em arranjos simbólico-materiais de

enunciados, instrumentos legais, discursos sociais, apropriações e ocupações urbanas, entre outros. O argumento teórico construído aqui, de que em torno da dimensão sonora se articulam práticas de produção da cidade, permite evidenciar a dimensão micropolítica na produção urbana no cotidiano, na dinâmica e constante negociação entre diferentes atores que produzem a cidade, especialmente no poder público, na sociedade civil organizada, nos representantes do mercado local e nos cidadãos de forma geral.

O campo dos Estudos Organizacionais, especialmente aquele que se estrutura no estudos das práticas sociais, pode se beneficiar das discussões aqui propostas sobre os efeitos do som na organização do espaço e na própria constituição de fronteiras e domínios espaciais. A abordagem micropolítica permitiu evidenciar as relações de poder que permitem ou autorizam determinadas práticas relacionadas ao som, enquanto usos e ocupações do espaço, também por meio do som, constantemente desafiam essas determinações. Todas essas práticas, em articulação, produzem a cidade, em disputas que estão constantemente em tensionamento. Exibir, organizar, regulamentar, resistir e mediar reconfiguram e reelaboram o espaço experienciado cotidianamente pelos praticantes da urbe.

Estudos futuros podem estender os argumentos aqui construídos e debruçar-se sobre a negociação de práticas de produção sonora na construção do organizar espacial da cidade. Tensões e disputas no espaço urbano em torno de festivais de rua, como o carnaval e outros eventos, em torno da produção de ruídos urbanos, como por obras da construção civil, pelo trânsito de veículos etc. podem ser fenômenos estudados pela vida da micropolítica das práticas tendo em vista a compreensão do organizar urbano.

REFERÊNCIAS

Alvarenga, Poliana (2019). Projeto de lei quer festas só 3 dias da semana na Rua da Lama em Vitória. *G1*. Recuperado em 12 agosto, 2019 de:

<https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2019/07/15/projeto-de-lei-quer-festas-so-3-dias-da-semana-na-rua-da-lama-em-vitoria.ghtml>.

Andrade, Ana C. J. S. & Domingues, Fabiana F. (2020a). Cidade “linda” pra quem? “Limpeza” na Cracolândia, região central da cidade de São Paulo. In Ana C. J. S. Andrade & Fabiana F. Domingues (Orgs.). *Estudos organizacionais & cidades* (pp. 4-23). Piracanjuba: Conhecimento Livre.

Andrade, Ana C. J. S. & Domingues, Fabiana F. (2020b). Honrando a “escola do coração”: a dádiva como prática social. In Ana C. J. S. Andrade & Fabiana F. Domingues (Orgs.). *Estudos organizacionais & cidades* (pp. 24-45). Piracanjuba: Conhecimento Livre.

Andrade, Ana C. J. S. & Domingues, Fabiana F. (2020c). Tempo e espaço: significados atribuídos ao contexto no qual uma escola de samba acontece. In Ana C. J. S. Andrade & Fabiana F. Domingues (Orgs.). *Estudos organizacionais & cidades* (pp. 54-72). Piracanjuba: Conhecimento Livre.

Angrosino, Michael (2007). *Doing ethnographic and observational research*. London: Sage.

Augoyard, Jean F. & Torgue, Henri (2006). *Sonic experience*. Montreal: McGill-Queen's University Press.

Bevilacqua, Lisiane M., Silva, Maiara M., Oliveira, Josiane S., & Nakata, Tales T. (2018). Percepções e usos dos espaços de shopping centers: um estudo na cidade de Maringá. *Cadernos de Gestão e Empreendedorismo*, 6(3), 1-13.

Beyes, Timon & Steyaert, Chris (2012). Spacing organization: non-representational theory and performing organizational space. *Organization*, 19(1), 45-61.

Bezerra, Mariana M., Lopes, Luma L. S., Silva, Joelma S., & Ipiranga, Ana S. R. (2019). Spatial practices in the city: the kidnapping of an arts organization. *Brazilian Administration Review*, 16(4), 1-23.

Bild, Edda, Coler, Matt, Pfeffer, Karin, & Bertolini, Luca (2016). Considering sound in planning and designing public spaces: a review of theory and applications and a proposed framework for integrating research and practice. *Journal of Planning Literature*, 31(4), 419-434.

Brinkmann, Svend (2018). The interview. In Norman K. Denzin & Yvonna S. Lincoln (Eds.). *The SAGE Handbook of Qualitative Research* (5a ed.) (pp. 576-599). London: Sage.

Camargo, Lara R. F., Oliveira, Josiane S., Mendes, Euna C. L., & Bernardo, Gisele (2020). Organizational practices in the constitution of the right to the culture and to the city: understanding the struggle for the rights of a cultural organization in Goiás city, Brazil. *Desenvolvimento em Questão*, 18(53), 105-119.

Casaleiro, Paula & Quintela, Pedro (2008). As paisagens sonoras dos Centros Históricos de Coimbra e do Porto: um exercício de escuta. *Anais do Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, Portugal, VI.

Certeau, Michel (1998). *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes.

Coimbra, Kary E. R. & Saraiva, Luiz Alex S. (2014). Confrontos entre o espaço produzido e o espaço vivido em Belo Horizonte: um estudo sobre o Quarteirão do Soul. *Revista Economia & Gestão*, 14(37), 28.

Correia, Gabriel F. A., Colares, André F. V. e Saraiva, Luiz Alex S. (2017). Onde termina o público e começa o privado? Análise da privatização da cultura na

Praça da Liberdade em Belo Horizonte. *Acta Scientiarum Human and Social Sciences*, 39(2), 109-120.

Creswell, John W. (2014). *Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (4a ed.). Thousand Oaks: Sage.

Dias, Allan D., Ipiranga, Ana S. R., & Bezerra, Mariana M. (2021). O organizar temporário de um festival de música. *Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 8(22), 302-342.

Domingues, Fabiana F., Fantinel, Letícia D., & Figueiredo, Mariana D. D. (2019). Between the conceived and the lived, the practiced: the crossing of spaces at the arts and crafts fair of Namorados Square in Vitória/ES, Brazil. *Organizações & Sociedade*, 26(88), 28-49.

Drumond, Guilherme B. & Fantinel, Letícia D. A Lama e as Lamas: significados de um espaço boêmio. *Anais do Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Belo Horizonte, MG, Brasil, XXXIX.

ESHOJE (2019). Prefeitura de Vitória é notificada sobre evento na Rua da Lama. *ES HOJE*. Recuperado em 12 novembro, 2020 de: <https://eshoje.com.br/prefeitura-de-vitoria-e-notificada-sobre-evento-na-rua-da-lama/>.

Feldman, Martha S. & Orlikowski, Wanda J. (2011). Theorizing practice and practicing theory. *Organization Science*, 22(5), 1240-1253.

Gherardi, Silvia (2009). Introduction: the critical power of the “practice lens.” *Management Learning*, 40(2), 115-128.

Gibbs, Graham (2009). *Análise de dados qualitativos*. São Paulo: Artmed.

Gomes, Romulo, Cardoso, Sâmela P., & Domingues, Fabiana F. (2021). A (re)produção dos espaços urbanos brasileiros nos estudos organizacionais: que cidade é essa? *Gestão & Regionalidade*, 37(110), 43-63.

Honorato, Bruno E. F. & Viegas, Glauce C. F. S. (2020). Espaço organizacional e poder: uma análise das tentativas de ordenamento do tráfego e das subversões em uma instituição federal de ensino superior. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 7(19), 589-621.

Ipiranga, Ana S. R. (2010). A cultura da cidade e os seus espaços intermediários: os bares e os restaurantes. *Revista de Administração Mackenzie*, 11(1), 65-91.

Ipiranga, Ana S. R. & Lopes, Luma L. S. (2017). O organizar da estética espacial: uma história tátil da praça dos leões. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 12(31), 130-153.

Ipiranga, Ana. S. R., Moreira, Michelle F. C., Lopes, Luma L. S., Frota, Luís A. A., & Coimbra, Luciana M. B. (2014). A aprendizagem social subjacente às práticas de negociação: uma abordagem das questões socioambientais em uma organização multiatores. *Revista de Administração Pública*, 48(1), 131-158.

Johnson, John M. & Rowlands, Timothy (2012). *The SAGE handbook of interview research: the complexity of the craft*. London: Sage.

Kvale, Steinar (2007). *Doing interviews*. London: SAGE.

Leite, Rogério P. (2017). Razão e cidade moderna. *Revista Brasileira de Sociologia*, 5(10), 290-310.

Leite, Rogerio P. (2010). A inversão do cotidiano: práticas sociais e rupturas na vida urbana contemporânea. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, 53(3), 737-756.

Marra, Pedro. S. & Garcia, Luiz H. (2012). Ouvir música na cidade: experiência auditiva na paisagem sonora urbana do hipercentro de Belo Horizonte. *Revista Contemporânea*, 10(2), 43-57.

Medeiros, Cintia R. O., Valadão Júnior, Valdir M., & Ferreira, Alessandra P. (2008). Condomínios horizontais fechados: segregação do espaço social. *Revista Eletrônica de Administração*, 11(12), s.p.

Mendes, Luciano & Cavedon, Neusa R. (2015). Território como ordem e caos: relações de poder entre camelôs, poder público e comerciantes. *Base*, 12(1), 15-26.

Minayo, Maria C. S. (2007). Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In Maria C. S. Minayo, Suely F. Deslandes, & Romeu Gomes. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 9-29). Petrópolis: Vozes.

Munro, Iain & Jordan, Silvia (2013). 'Living space' at the Edinburgh Festival Fringe: spatial tactics and the politics of smooth space. *Human Relations*, 66(11), 1497-1525.

Nascimento, Mauro C. R., Teixeira, Juliana C., Oliveira, Josiane S., & Saraiva, Luiz Alex S. (2016). Práticas de segregação e resistência nas organizações: uma análise discursiva sobre os "rolezinhos" na cidade de Belo Horizonte (MG). *Revista de Administração Mackenzie*, 17(1), 55-81.

Oliveira, Josiane S. & Cavedon, Neusa R. (2015). As tramas políticas emocionais na gênese de processos organizativos em uma organização circense. *Organizações & Sociedade*, 22(72), 61-78.

Oliveira, Josiane S., Mendes, Euna, & Lopes, Bárbara F. (2019). Práticas de organização na (re) organização da cidade: etnografando a Procissão do Fogaréu na cidade de Goiás, Goiás. *Pensamento & Realidade*, 34(1), 45-67.

Permuy, Pedro (2018). Projeto movimenta a Rua da Lama e dá espaço a artistas capixabas. *Gazeta Online*. Recuperado em 12 agosto, 2019 de: <https://www.gazetaonline.com.br/entretenimento/cultura/2018/05/projeto-movimenta-a-rua-da-lama-e-da-espaco-a-artistas-capixabas-1014132784.html> 10/1.

Pistrick, Eckehard & Isnart, Cyril (2013). Landscapes, soundscapes, mindscapes: introduction. *Etnográfica*, 17(3).

Raimbault, Manon & Dubois, Danièle (2005). Urban soundscapes: experiences and knowledge. *Cities*, 22(5), 339-350.

Reckwitz, A. (2002). Toward a theory of social practices: a development in culturalist theorizing. *European Journal of Social Theory*, 5(2), 243-263.

Sabella, Anton R. & El-Far, Mira T. (2019). Enterpreneuring as na everyday form of resistance: na exploration of the experiences of Palestinian women street vendors in the occupied old city of Jerusalem. *International Journal of Enterpreneurial Behavior & Research*, 25(6), 1212-1235.

Santos, Elisabeth C., Silva, Ítalo H. F. R., Dias, Pâmela K., & Morais, Wilson M. (2021). Saberes e práticas organizativas das culturas populares na cidade de Caruaru, Pernambuco, Brasil. *Organizações & Sociedade*, 28(98), 467-486.

Saraiva, Luiz Alex S. (2019). Os estudos organizacionais e as cidades. In Luiz Alex S. Saraiva & Alessandro G. Enoque (Orgs.). *Cidades e estudos organizacionais: um debate necessário* (pp. 21-74). Ituiutaba: Barlavento.

Saraiva, Luiz Alex S., Carrieri, Alexandre P., & Soares, Ari S. (2014). Territorialidade e identidade nas organizações: o caso do Mercado Central de Belo Horizonte. *Revista de Administração Mackenzie*, 15(2), 97-126.

Saraiva, Luiz Alex S. & Ipiranga, Ana Silvia R. (2020). Introduzindo histórias, práticas sociais e gestão das/nas cidades. In Luiz Alex S. Saraiva & Ana S. R. Ipiranga (Orgs.). *História, práticas sociais e gestão das/nas cidades* (pp. 10-25). Ituiutaba: Barlavento.

Schafer, Raymond M. (1977). *A afinação do mundo*. São Paulo: Unesp.

Silva, Sullivan (2019). MP quer fim de festa na Rua da Lama devido a interdição de rua e barulho. *A Gazeta*. Recuperado em 28 outubro, 2019 de: https://www.agazeta.com.br/es/gv/mp-quer-fim-de-festa-na-rua-da-lama-devido-a-interdicao-de-rua-e-barulho-1019?utm_medium=redacao&utm_source=facebook&utm_campaign=facebook.

Simões, Vinicius (2018). Projeto de Lei (PL) nº 5023, de 2018. Fixa no calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de Vitória o Evento “Na Lama” e outras providências. Recuperado em 19 outubro, 2019 de: <http://camarasempapel.cmv.es.gov.br/spl/processo.aspx?id=184776>.

Taylor, Scott & Spicer, André (2007). Time for space: a narrative review of research on organizational spaces. *International Journal of Management Reviews*, 9(4), 325-346.

Teixeira, Sonia M. F., Subirats, Joan, Lacerda, Daniel S., & Blanco, Ismael (2018). Políticas públicas e a cidade: produzindo espaços urbanos inclusivos. *Revista de Administração Pública*, 52(6), 1007-1014.

Viegas, Glauce C. F. S. & Saraiva, Luiz Alex S. (2015). Discursos, práticas organizativas e pichação em Belo Horizonte. *Revista de Administração Mackenzie*, 16(5), 68-94.

Westerkamp, Hildegard (1974). Soundwalking. *Sound Heritage*, 3(4), 18-27.

Yamamoto, Gabriel C. & Oliveira, Josiane S. (2021). Immigration as practice of organization: discussions about practices of organization, displacement and integration of Haitian immigrants in the Goiânia Metropolitan Region, in Goiás, Brazil. *Cadernos EBAPE.BR*, 19(2), 292-306.

AS PRÁTICAS, O SOM E A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO NA RUA DA LAMA

Resumo

A pesquisa objetivou compreender como o negociar das práticas nos bastidores de um evento musical entremeia a construção espacial e o estabelecimento de fronteiras reguladoras das práticas na cidade. Para isto, foi realizado um estudo qualitativo, com entrevistas semiestruturadas cujas transcrições foram organizadas segundo códigos que apontaram para cinco práticas em constante negociação: exibir, organizar, regulamentar, resistir e mediar. Os achados ajudam a desvendar a produção do espaço em sua dimensão micropolítica, na medida em que práticas são negociadas e autorizadas pelos diferentes sujeitos, orientando as apropriações e usos do espaço da cidade.

Palavras-chave

Cidade. Espaço. Fronteiras. Negociar. Práticas.

LAS PRÁCTICAS, EL SONIDO Y LA CONSTRUCCIÓN DEL ESPACIO EN LA RUA DA LAMA

Resumen

La investigación pretendía comprender cómo la negociación de las prácticas entre bastidores de un evento musical entrelaza la construcción espacial y el establecimiento de los límites reguladores de las prácticas en la ciudad. Para ello, se realizó un estudio cualitativo, con entrevistas semiestructuradas cuyas transcripciones se organizaron según códigos que señalaban cinco prácticas en constante negociación: exhibir, organizar, regular, resistir y mediar. Los hallazgos ayudan a desvelar la producción del espacio en su dimensión micropolítica, en la medida en que las prácticas son negociadas y autorizadas por diferentes sujetos, orientando las apropiaciones y usos del espacio de la ciudad.

Palabras clave

Ciudad. Espacio. Fronteras. Negociar. Practicas.

THE PRACTICES, THE SOUND AND THE CONSTRUCTION OF SPACE IN RUA DA LAMA

Abstract

The research aimed to understand how the negotiation of practices behind the scenes of a music event interweaves the spatial construction and the establishment of regulatory boundaries of practices in the city. For this, a qualitative study was carried out, with semi-structured interviews whose transcriptions were organized according to codes that pointed to five practices in constant negotiation: exhibiting, organizing, regulating, resisting, and mediating. The findings help to unveil the production of space in its micropolitical dimension, to the extent that practices are negotiated and authorized by different subjects, guiding the appropriations and uses of city space.

Keywords

City. Space. Borders. Negotiate. Practices.

CONTRIBUIÇÃO

Guilherme Badaró Drumond

O autor declara ser o único responsável por todas as fases envolvendo a elaboração desta contribuição.

CONFLITOS DE INTERESSE

O autor declara não haver conflitos de interesse.

PROCEDIMENTOS ÉTICOS

O autor declara que foram observados os princípios e preceitos éticos que norteiam a pesquisa com seres humanos no estudo que serviu de base para esta contribuição.

AGRADECIMENTOS

-

COMO CITAR

Drumond, Guilherme B. (2022). As práticas, o som e a construção do espaço na rua da lama. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 9(24), 60-105.